

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da S3 Caceis Brasil DTVM S.A. (S3 Caceis) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2024, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Mercado de Atuação

A S3 Caceis atua na prestação de serviços de administração de fundos de investimento, na custódia de títulos e valores mobiliários, na distribuição de fundos de investimento, na administração de carteiras de cliente, na representação de clientes não residentes e outros serviços correlatos.

Patrimônio Líquido e Resultado

Em 30 de junho de 2024, o lucro líquido apresentado no acumulado do semestre foi de R\$67 milhões, correspondente a R\$38,49 por lote de mil ações e rentabilidade de 5,38% sobre o patrimônio líquido médio e retorno de 4,37% sobre os ativos totais médios. O patrimônio líquido atingiu o montante de R\$1.277 milhões.

Ativos e Passivos

Em 30 de junho de 2024, os ativos totais atingiram R\$1.599 milhões, destacando-se R\$1.039 milhões por Aplicações em Depósitos Interfinanceiros. O passivo total está representado substancialmente por Outros Passivos Financeiros no montante de R\$219 milhões e Passivos Fiscais no montante de R\$48 milhões.

Evento Societário

Em 01 de abril de 2023, a S3 Caceis Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. deixou de fazer parte do conglomerado Prudencial Santander.

Outros assuntos

A S3 Caceis, em atendimento ao disposto na Circular Bacen 3.068/2001, afirma que possui capacidade financeira e intenção de manter até vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

Auditoria Independente

A política de atuação da S3 Caceis na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Conselho de Administração.

A S3 Caceis informa que no semestre findo em 30 de junho de 2024, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

Ademais, a S3 Caceis confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

São Paulo, 28 de Agosto de 2024.

O Conselho de Administração
A Diretoria Executiva

BALANÇO PATRIMONIAL						
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado						
	Nota	30/06/2024	31/12/2023	Nota	30/06/2024	31/12/2023
Ativo Circulante e Não Circulante		1.599.201	1.467.886		322.145	257.634
Disponibilidades	4	2.358	2.863		219.170	126.569
Instrumentos Financeiros		1.106.575	943.228		12	54.578
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	1.039.225	941.617	12 & 13.b	7.733	7.533
Títulos e Valores Mobiliários	6	67.350	1.611			
Outros Ativos	8	60.829	51.078		10.967	10.148
Ativos Fiscais	7.a	12.326	24.362		25.254	31.214
Correntes		1.339	10.202		10.624	8.495
Diferidos		10.987	14.160		48.397	73.675
Imobilizado de Uso	9	402	489		47.663	72.906
Outras Imobilizações de Uso (Depreciações Acumuladas)		1.622	1.622		734	769
Intangível	10	416.711	445.866	14	1.277.056	1.210.252
Agio por Expectativa de Rentabilidade Futura		323.055	323.055		840.313	840.313
Outros Ativos Intangíveis (Amortizações Acumuladas)		679.182	667.591		436.724	369.755
		(585.526)	(544.780)		19	184
Total do Ativo		1.599.201	1.467.886		1.277.056	1.210.252
		1.599.201	1.467.886		1.599.201	1.467.886

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado							
	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		840.313	44.433	223.048	173	-	1.107.967
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	124	-	124
Lucro Líquido		-	-	-	-	68.206	68.206
Destinações:		-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	14.c	-	3.410	-	-	(3.410)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	32.398	-	(32.398)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	32.398	-	(32.398)	-
Saldos em 30 de junho de 2023		840.313	47.843	287.844	297	-	1.176.297
Mutações no Semestre		-	3.410	64.796	124	-	68.330
Saldos em 31 de dezembro de 2023		840.313	53.347	316.408	184	-	1.210.252
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	(165)	-	(165)
Lucro Líquido		-	-	-	-	66.969	66.969
Destinações:		-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	14.c	-	3.348	-	-	(3.348)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	31.810	-	(31.810)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	31.811	-	(31.811)	-
Saldos em 30 de junho de 2024		840.313	56.695	380.029	19	-	1.277.056
Mutações no Semestre		-	3.348	63.621	(165)	-	66.804

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS							
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado							

1. Contexto Operacional
A S3 Caceis Brasil DTVM S.A. (S3 Caceis), controlada pela S3 Caceis Brasil Participações S.A., tem por objeto, dentre outros: (i) subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para venda; (ii) comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros; (iii) encargar-se da administração de carteiras e de custódia de títulos e valores mobiliários; e (iv) intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são observados entre elas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras da S3 Caceis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Resolução BCB nº 352/2023 dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixa de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciamento de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSL. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

O cronograma do Plano de Implementação está sendo faseado ao longo do período de 2023 até o final do exercício de 2024, sendo que ainda depende de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN para implementação total. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório.

A Resolução CMN nº 4.975/2021, estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2025. A S3 Caceis está avaliando os impactos e alterações necessárias para atendimento desta norma. A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas (Nota 3.m).

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o semestre findo em 30 de junho de 2024, na reunião realizada em 28 de Agosto de 2024.

b) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da S3 Caceis.

3. Principais Políticas Contábeis

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia.

c) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários é demonstrada, conforme Circular nº 3.068, pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - títulos para negociação;

II - títulos disponíveis para venda; e

III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia, ajustados ao valor de mercado (valor justo), computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado (valor justo) realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

d) Rendas a Receber

As rendas a receber são demonstradas pelo seu valor líquido de provisões para perdas, fundamentadas nas análises das operações em aberto, na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos da carteira e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões.

e) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

f) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

g) Intangível

O agio na aquisição de direitos de uso de negócio é amortizado em 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de valor.

Os ativos identificados decorrentes da aquisição de negócio, substancialmente, relacionamento com clientes, são amortizados pelos prazos estimados de vida útil (Nota 10).

Os gastos de aquisição de locais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos (Nota 10).

h) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

A S3 Caceis é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões são mantidas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação às saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 13.d) e para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis à S3 Caceis, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

i) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela S3 Caceis de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos

Planos de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a S3 Caceis como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 20. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

A S3 Caceis aplica o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) que estabeleceu fundamentalmente, o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados;

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano;

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados;

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais;

- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; e

- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

j) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias.

k) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 7.a, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

l) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

m) Estimativas Contábeis

Na aplicação das políticas contábeis da companhia, a Administração deve exercer julgamentos e realizar estimativas sobre os valores contábeis de ativo e passivo, receitas e despesas dos períodos futuros. As estimativas e premissas relacionadas baseiam-se na experiência histórica nos fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas, sendo quantificadas as estimativas e divulgadas em notas explicativas.

n) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

Conforme Resolução BCB nº 2/2020, resultado não recorrente do exercício é aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e

II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 21.

o) Juros sobre Capital Próprio

Os Juros sobre Capital Próprio são reconhecidos no passivo a partir do momento que sejam declarados ou propostos, conforme Resolução CMN nº 4.872/20.

p) Receitas de Prestação de Serviços

As receitas com prestação de serviços incluem os benefícios econômicos originários das principais atividades de administração fiduciária, custódia de títulos e valores mobiliários e outros serviços de acordo com a competência de cada contrato de prestação de serviço. Para o reconhecimento destas receitas, a S3 Caceis aplica o modelo de 5 passos atendendo o CPC 47, conforme determinado pela Resolução CMN nº 4.924/2021: I) Identificar o(s) contrato(s) com um cliente; II) Identificar as obrigações de desempenho; III) Determinar o preço da transação; IV) Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato; e V) Reconhecer a receita quando, ou à medida que, a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2023	31/12/2022
Disponibilidades	2.358	2.863	957	379
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	351.649	681.024	470.604	131.222
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	35			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	30/06/2024	31/12/2023
8. Outros Ativos		
Administração de Fundos de Investimentos	20.301	23.691
Custódia de Títulos e Valores Mobiliários	17.082	10.505
Outras Rendas a Receber	1.782	1.683
(-) Provisões para Perdas	(957)	(304)
Para Interposição de Recursos Fiscais	877	1.981
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	775	500
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	10.312	9.682
Adiantamentos e Antecipações Salariais	1.693	309
Plano de Benefícios a Funcionários	1.835	1.921
Valores a Receber - Taxa de Registro Fundos de Investimentos	2.387	219
Devedores Diversos - País	200	196
Despesas Antecipadas	4.157	638
Outros	385	57
Total	60.829	51.078
Circulante	46.478	38.662
Não-Circulante	14.351	12.416

	30/06/2024			31/12/2023		
	Custo	Depreciação	Residual	Custo	Depreciação	Residual
9. Imobilizado de Uso						
Outras Imobilizações de Uso						
Sistemas de Processamento de Dados	202	(202)	-	202	(202)	-
Móveis e Equipamentos de Uso	1.065	(773)	292	1.065	(704)	361
Benefitórias em Imóveis de Terceiros	355	(245)	110	355	(227)	128
Total	1.622	(1.220)	402	1.622	(1.133)	489

	30/06/2024			31/12/2023			
	Vida Útil (em anos)	Custo	Amortização	Total	Custo	Amortização	Total
10. Intangível							
a) Composição							
Ágio na Aquisição de Direitos de Uso de Negócio	10	323.055	(285.365)	37.690	323.055	(269.212)	53.843
Outros Ativos Intangíveis		679.182	(300.161)	379.021	667.591	(275.568)	392.023
Logiciais	Até 5	235.561	(77.498)	158.063	223.969	(65.508)	158.461
Relacionamento com Clientes:							
Clientes vinculados a Fundos de Investimentos	22	253.337	(101.719)	151.618	253.337	(95.961)	157.376
Clientes vinculados à Rede Comercial do Banco Santander	27	84.758	(27.729)	57.029	84.758	(26.160)	58.598
Outros Clientes	10	105.526	(93.215)	12.311	105.527	(87.939)	17.588
Total		1.002.237	(585.526)	416.711	990.646	(544.780)	445.866

Para o período findo em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 não houve evidências de impairment.

	01/01 a 30/06/2024			01/01 a 30/06/2023		
	Custo	Amortização	Total	Custo	Amortização	Total
Saldo no início do exercício	990.646	(544.780)	445.866	961.001	(468.396)	492.605
Adição	11.591	-	11.591	10.582	-	10.582
Baixa	-	-	-	(27)	-	(27)
Amortização	-	(40.746)	(40.746)	-	(35.262)	(35.262)
Saldo no final do exercício	1.002.237	(585.526)	416.711	971.556	(503.658)	467.898

	30/06/2024	31/12/2023
11. Outros Passivos Financeiros		
Credores - Conta Liquidações Pendentes	219.170	126.569
Total	219.170	126.569
Circulante	219.170	126.569

	30/06/2024	31/12/2023
12. Outros Passivos		
Provisão para Pagamentos a Efetuar	30/06/2024	31/12/2023
Despesas de Pessoal	16.024	19.656
Despesas Administrativas	6.198	10.218
Outros Pagamentos	3.035	1.340
Sociais e Estatutárias	3.385	3.670
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 13.b)	7.733	7.533
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 13.b)	10.967	10.148
Credores Diversos - País	7.236	4.825
Total	54.578	57.390
Circulante	34.189	42.506
Não-Circulante	20.389	14.884

13. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
a) Ativos Contingentes
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro 2023, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.h).

b) Movimentações das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 30/06/2024			01/01 a 30/06/2023		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	7.533	9.584	563	3.974	7.294	821
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	338	106	18	(966)	868	(117)
Atualização Monetária	37	272	-	49	230	1
Baixas por Pagamentos	(333)	(50)	-	-	(193)	(60)
Outros	158	474	-	32	(310)	46
Saldo Final	7.733	10.386	581	3.089	7.889	691

Depósitos em Garantia - Outros Créditos - 349

⁽¹⁾ Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas e despesas operacionais e IR e CSLL.

c) Provisões, Passivos Contingentes e Outras Provisões
A S3 Caceis é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações da S3 Caceis, com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A S3 Caceis tem como procedimento provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação está classificada como perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente em demonstrações financeiras.

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, estão descritos a seguir:

PIS e Cofins - A S3 Caceis ajuizou medida judicial visando afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas, que antes da referida norma, eram tributadas pelo PIS e Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e vendas de mercadorias.

Em 2023, o STF decidiu o Tema 372 por meio de Repercussão Geral, e acolheu parcialmente o recurso da União Federal fixando a tese de que incide o PIS/COFINS sobre as receitas operacionais decorrentes das atividades típicas das instituições financeiras, de forma a terem sido constituídas as respectivas obrigações de PIS e COFINS. O Banco Santander é responsável pelo montante envolvido nesse processo como ex-controlador da Companhia. Em 30 de junho de 2024, o montante envolvido é de R\$3.982 - (31/12/2023 - R\$3.882).

Desmutualização de Ações - R\$473 (31/12/2023 - R\$445), visa a não incidência do IRPJ e da CSLL dos valores correspondentes à atualização dos títulos patrimoniais convertidos em ações, visto que não representa acréscimo patrimonial, mas de mera permuta.

d) Passivos Contingentes Classificados com Risco de Perda Possível
São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente. As ações com classificação natureza fiscal de perda possível, totalizaram em R\$5.199 em 30 de junho de 2024, sendo, principalmente:

Cofins - Discussão judicial para anular auto de infração lavrado pela Receita Federal, pretendendo a exigência de PIS e Cofins sobre receitas que não decorrem da atividade preponderante da empresa, contrariando assim o novo texto legal trazido pela Lei Federal nº 12.973/2014. Em 30 de junho de 2024, o valor relacionado a esse processo era de aproximadamente R\$2.461.

14. Patrimônio Líquido

a) Capital Social
Em 30 de junho de 2024 e 2023, o capital social subscrito e integralizado é composto por 1.740 mil ações ordinárias nominativas escriturais sem valor nominal.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio
Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 1% sobre o lucro líquido ajustado na forma da Assembleia em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas.

A seguir, apresentamos a distribuição de Juros sobre Capital Próprio efetuados em 31 de dezembro de 2023. Para o semestre em 30 de junho de 2024, não houve deliberação e pagamento de Juros sobre Capital Próprio.

	31/12/2023				
	Em milhares de Reais	Reais por Ação Ordinária			
	Bruto	IRRF	Líquido	Bruto	Líquido
Juros sobre o Capital Próprio ⁽¹⁾	(76.000)	(11.400)	(64.600)	(43,68)	(37,13)
Total	(76.000)	(11.400)	(64.600)		

⁽¹⁾ Deliberados pelo Conselho de Administração em 21 de dezembro de 2023, pagos no dia 27 de dezembro 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

c) Reservas de Lucros
O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal
De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas Estatutárias
Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, foram destinados 50% para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da S3 Caceis e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

15. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração
Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da S3 Caceis realizada em 30 de Abril de 2024, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos membros da Diretoria para o ano de 2024, em até R\$ 18.000.

i. Benefícios de Longo Prazo
A S3 Caceis, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander e Grupo Caceis, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base no atingimento de metas.

ii. Benefícios de Curto Prazo
A tabela a seguir demonstra os salários e honorários dos Administradores:

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Remuneração Fixa	2.534	2.293
Remuneração Variável - em espécie	907	759
Remuneração Variável - em ações	852	733
Outras	205	127
Total dos Benefícios de Curto Prazo	4.498	3.912

Remuneração Variável - em espécie
Remuneração Variável - em ações
Total dos Benefícios de Longo Prazo
Adicionalmente, em 30 de junho de 2024, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R\$773 (30/06/2023 - R\$699).

iii. Rescisão de Contrato
A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

b) Participação Acionária
A S3 Caceis é controlada pela S3 Caceis Participações que possui participação acionária de 1.740 mil ações, equivalentes a 100,00% do seu capital social.

c) Transações com Partes Relacionadas
As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outros desvantagens.

As principais transações e saldos são, conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2024	31/12/2023	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Disponibilidades	2.358	2.863	-	-
Banco Santander (Brasil) S.A. (1)	2.358	2.863	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	245.864	218.348	12.614	38.641
Banco Santander (Brasil) S.A. (1)	245.864	218.348	12.614	38.641
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	12.238	15.655	13.670	39.038
Banco Santander (Brasil) S.A. (1)	12.238	15.655	13.670	39.038
Banco Santander (Espanha) S.A.	-	-	-	8
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(3.382)	(2.309)	(3.719)	(8.568)
Banco Santander (Brasil) S.A. (1) (Nota 18)	-	-	(3.562)	(2.884)
Aquanima Brasil Ltda. (2)	-	-	(120)	(115)
Universia Brasil S.A. (2)	(15)	-	(37)	(17)
F1rst Tecnologia e Inovação Ltda. (2)	(3.367)	(2.309)	-	(5.552)
Outras Obrigações Diversas	(9.430)	(9.470)	(6.173)	(5.371)
Pessoal Chave da Administração	-	-	(6.173)	(5.371)
Banco Santander (Espanha) S.A.	(9.358)	(9.398)	-	-
Banco Santander (México) S.A.	(72)	(72)	-	-

(1) Controlada diretamente pelo Banco Santander Espanha.
(2) Controlada indiretamente pelo Banco Santander Espanha.

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Rendas de Administração de Fundos de Investimentos	148.569	139.658
Rendas de Serviços de Custódia	57.277	53.400
Outras Rendas de Serviços	11.886	14.880
Total	217.732	207.938

COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	
Conselho de Administração	
Presidente Carlos Rodriguez de Robles Arienza	
Conselheiros Alessandro Tomao	Carlos José da Costa André
Diretoria Executiva	
Presidente Joaquín Alfaro Garcia	
Diretores Rafael Vicalta Saliba	Joaquín Alfaro Garcia
Contadora Camilla Cruz Oliveira de Souza - CRC Nº 1SP – 256989/O-0	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras	
A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.	
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.	
Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.	
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras	
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.	
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:	

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.		

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
17. Despesas de Pessoal		
Remuneração	(22.874)	(22.011)
Encargos	(7.144)	(6.177)
Benefícios	(4.450)	(5.096)
Treinamento	(22)	(141)
Outras	(460)	(394)
Total	(34.950)	(33.819)

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
18. Outras Despesas Administrativas		
Depreciações e Amortizações	40.833	35.350
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	7.866	9.397
Serviços do Sistema Financeiro	1.449	1.944
Processamento de Dados	24.096	24.684
Convênio Operacional - Banco Santander (Nota 15.c)	3.562	2.884
Transporte e Viagens	583	739
Comunicações	783	776
Despesas com Seguros	280	267
Outras	345	410</